

Agronegócio amplia o valor agregado para driblar preço

COMÉRCIO EXTERIOR

● Responsável por 46,2% das exportações totais do Brasil em 2015, o agronegócio encerrou o ano com queda de 8,8% na receita de vendas externas. A redução no preço internacional das commodities puxou o

saldo comercial para baixo e a saída para 2016 é ampliar o mercado de valor agregado.

A crescente demanda asiática pelas carnes, por exemplo, traz uma perspectiva otimista para a exportação brasileira de proteína animal. Se para os grãos – soja e milho – os indicadores externos apontam para o vermelho, sur-

gem alternativas como o suco de laranja, o açúcar e o café.

Dados divulgados ontem pelo Ministério da Agricultura mostram que dos US\$ 191,13 bilhões faturados pelo País com comércio exterior em 2015, US\$ 88,22 bilhões foram de produtos agropecuários. A participação do setor subiu 3,2 pontos percentuais

em relação a 2014. No entanto, o mesmo dólar que favoreceu as receitas pesou sobre as importações e o saldo comercial do agronegócio diminuiu o superávit de US\$ 80,13 bilhões para US\$ 75,15 bilhões no período.

Daqui para frente, o governo foca em mercados como a China, Índia e Coreia do Sul para alavan-

car os resultados do ano. A expectativa para 2016 é ampliar o total exportado pela pauta agrícola de 2015. Para o ex-ministro da Agricultura e coordenador da GV Agro, Roberto Rodrigues, não há o que conserte a queda nos preços, porém, temos um horizonte, de fato, mais otimista para o saldo comercial deste ano. **PÁGINA 11**

DESTAQUES

Bunge estima alta de 30% no volume de óleo de cozinha reciclado

Criado pela multinacional Bunge no Brasil, o Soya Recicla transformou 625 mil litros do óleo de cozinha que poderiam ir parar na rede de esgoto do País em sabão biodegradável. Vice-presidente da empresa, Martus Tavares conta os próximos passos. **PÁGINA 16**

DIVULGAÇÃO

Reaproximação entre Brasil e EUA não resulta em trocas comerciais

Apesar da reaproximação diplomática após turbulência causada por caso de espionagem, as trocas comerciais e o fluxo de investimentos entre Brasil e Estados Unidos esfriaram em 2015. As exportações para os norte-americanos, por exemplo, recuaram 10,9% na comparação entre 2015 e 2014, de US\$ 27,027 bilhões para US\$ 24,079 bilhões. **PÁGINA 5**

Com receitas superestimadas, orçamento de 2016 deve ter cortes

As receitas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do governo federal não são factíveis e, portanto, o mercado espera que os ministérios da Fazenda e Planejamento anunciem em breve não só cortes de despesas, mas medidas para reforçar a arrecadação durante este ano, como a volta da CPME. **PÁGINA 4**

Novas gerações podem provocar a desconcentração bancária

Nascidos na era digital, jovens das novas gerações, que tiram dúvidas e tomam decisões financeiras pela internet, podem desencadear um movimento de desconcentração bancária. Instituições maiores, porém, devem contratar esses novos talentos. Hoje, produtos oferecidos nem sempre atraem. **PÁGINA 17**

Lei de inclusão no trabalho vai desafiar contratantes à adaptação

A começar pela necessidade de adaptar sites e equipamentos de todo tipo, o novo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) vai exigir que as empresas façam uma série de adaptações. O objetivo é que produtos e serviços passem a ser mais inclusivos, ressalta o advogado Michel Schifino Salomão. **PÁGINA 12**

TRIBUTAÇÃO DO E-COMMERCE

Novo ICMS dificulta a atividade de pequenas

A nova regra de cobrança do ICMS do e-commerce, vigente desde primeiro de janeiro, pode levar micro e pequenas empresas a fechar operações. E reduzir mercado para as transportadoras de carga fracionada. **PÁGINAS 6 e 7**



DIVULGAÇÃO

Divisão do imposto onera custos do comércio eletrônico

Brasil amarga título de país pouco auditado

CADERNO ESPECIAL

● Escândalos recentes de corrupção e fraudes financeiras trouxeram à tona a importância do trabalho dos contabilistas e auditores independentes para minimizar o impacto de delitos. Caderno especial que circula nesta edição mostra que no Brasil, esses profissionais ainda são pouco requisitados. Temos só um auditor para cada 24,615 mil habitantes.



MERCADOS

ÍNDICE BOVESPA



39.950
(Pontos)
-662
(Pontos)
-1,63%

CAFÉ ALTA MOGIANA



483,32
(R\$/Saca)
-19,28
(R\$/Saca)
-3,84%

OURO



144,50
(R\$/Gramas)
+3,00
(R\$/Gramas)
+2,12%

DÓLAR COMERCIAL



4,0153
(R\$)
-0,01
(R\$)
-0,24%

PETRÓLEO WTI



31,41
(US\$/Barril)
-1,75
(US\$/Barril)
-5,28%

EURO



4,3755
(R\$)
+0,002
(R\$)
+0,05%

Paim continua no PT, mesmo com críticas

PARTIDOS

● O senador Paulo Paim (RS) anunciou ontem sua permanência no PT. Ele discutia uma possível saída, com críticas sobre o ajuste fiscal. Promete continuar na defesa de pautas trabalhistas, mesmo que isso contrarie o governo. **PÁGINA 13**

Petrobras poderá exportar mais a partir de 2020

PETRÓLEO E GÁS

● Ajudado pela redução de investimentos nas petroleiras globais, o Brasil poderá exportar 35% da sua produção de petróleo em 2020, mas isso depende de a Petrobras cumprir metas de exploração. **PÁGINA 3**

Negócios

Nova fórmula do imposto deve levar empresários de menor porte a desistir do comércio eletrônico, uma boa alternativa para expandir as vendas, ou até optar pela informalidade

Alteração na cobrança do ICMS pode prejudicar micro e pequeno varejista

E-COMMERCE

Ana Paula Silva
São Paulo
ana.silva@dci.com.br

● A nova regra de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pode levar micro e pequenas empresas a fechar operações, ingressar na informalidade e prejudicar ainda mais a situação do empresário brasileiro em 2016.

A medida, que deveria melhorar a divisão dos impostos, torna a fórmula de pagamento mais complicada especialmente para os pequenos e pode derrubar arrecadação, segundo fontes ouvidas pelo DCI.

Em vigor desde o primeiro dia do ano, a Emenda Constitucional 87, que altera a cobrança do tributo, obriga empresários a recolher o imposto duas vezes, tanto para o estado de origem – onde sai o produto – como no estado de destino – que receberá a mercadoria vendida.

Para o coordenador do grupo de trabalho tributário da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Camara-e-net), Felipe Wagner de Lima Dias, as novas regras de ICMS podem forçar os empresários a rever as operações em outros estados. “Quem tem uma venda muito pulverizada precisa ter inscrições estaduais e conhecer as alíquotas de cada estado que mantém operações”, explica.

Segundo ele, como o recolhimento ficou muito complexo, as micro e pequenas empresas que tentarem atuar em âmbito nacional vão acabar diminuindo o foco no negócio, para se dedicar a parte tributária da empresa.

Para Dias, a situação também traz outro agravante pa-

ra o consumidor. As empresas, sejam de grande ou menor porte podem perder o interesse de atender determinadas regiões do País, devido ao aumento da complexidade de recolher os impostos e acompanhar as mudanças do tributo, segundo ele. “Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro ainda serão de grande interesse para as empresas, mas regiões mais afastadas como Acre, Rondônia podem sofrer com a perda de atendimento”.

A revisão de cobertura de determinados locais do País já é uma das discussões do e-commerce de cafés gourmets Lombas. “Estamos verificando a viabilidade de manter a comercialização dos produtos em alguns estados”, lamenta o sócio-fundador do Lombas, Victor Bertini. De acordo com o empresário, ter que rever a operação por esse motivo é

ENTENDA O CASO

● A Emenda Constitucional de número 87/2015 altera o imposto de ICMS, que antes era pago apenas para o estado de origem, e agora passa a ser um “imposto misto”, no aspecto de distribuição da arrecadação, já que parte ficará com o estado de origem e outra parte (de acordo a um sistema progressivo que vai até 2019) ficará com o estado destinatário. As empresas com operações destinadas a consumidores finais em outros estados e operações não presencias, como tele vendas e internet, terão que recolher impostos duas vezes e ter uma inscrição estadual em cada estado que comercializam produtos.

muito doloroso, pois o e-commerce surgiu para quebrar as barreiras, “mas com essa mudança as distâncias irão se manter.” Bertini acredita que até março a empresa deve estar totalmente adequada à lei.

Impactos

Segundo Dias, os três principais impactos serão o fechamento de canais de venda, o que afeta diretamente o consumidor que deixa de contar com vários canais de compra. Além disso, haverá a transferência desses custos para o produto. “No Brasil existem alguns casos de empresas que recebem incentivos fiscais dos estados para operar no local, com a nova mudança esses benefícios deixaram de vigorar e a empresa terá um valor maior de imposto para pagar”.

Para o cofundador da E-bit e relações institucionais do Bus-

capé Company, Pedro Guasti, a intenção da lei corrigiu a distorção das regras sobre a distribuição do ICMS – que foi criado antes da chegada das compras e vendas por telefone ou pela internet. No entanto, a nova regra irá complicar a vida dos empresários que atuam com uma equipe reduzida e sem capital para investir em programas sofisticados de gestão.

“Essas empresas terão de estudar e conhecer as alíquotas de cada estado e precisarão ter uma inscrição estadual para vender em cada um dos 26 estados e no Distrito Federal”.

Segundo ele, vale destacar que além das alíquotas serem diferentes, cada produto também é taxado de forma diversa, o que pode levar alguns estados a isentar produtos enquanto que outros não.

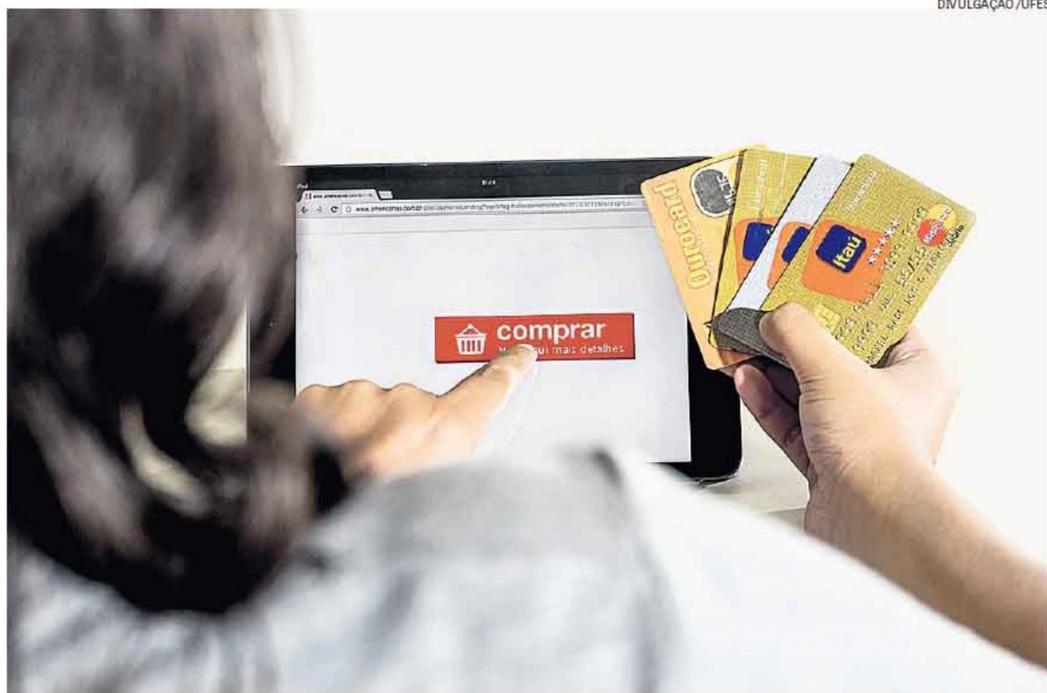
Alternativa

“O correto é criar uma câmara de compensação entre os estados. O empresário faria um único recolhimento e os estados fariam a divisão”, argumenta Guasti.

Para ele, a nova regra de distribuição do ICMS pode gerar outros problemas para o governo. “Não há dúvida de que algumas pessoas começarão a trabalhar de maneira informal, principalmente, as micro e pequenas empresas”.

Dias também corrobora a afirmação de Guasti. “A inclusão dos empresários que pagam o imposto do Simples Nacional irá gerar uma migração para a informalidade”.

Segundo ele, a medida vai na contramão da lei do Simples Nacional, que busca trazer os menores empresários para a formalidade e ainda pode gerar um impacto inverso. “Assim, ao invés de o governo aumentar a arrecadação, ele terá uma diminuição”, complementa ele.



Compra on-line: por meio da internet, pequenas varejistas conseguiram ir a mercados menos explorados

Pão de Açúcar firma parceria com BMW para carro elétrico

SUPERMERCADO

Da Redação
São Paulo
redacao@dci.com.br

● O Pão de Açúcar fez parceria com a BMW para oferecer aos clientes pontos de recarga de automóveis elétricos e híbridos da BMW i, nos estacionamentos de lojas da rede. Ainda em quatro operações, o objetivo é ir a dez até o final do ano.

Segundo a empresa, a princípio, quatro supermercados em São Paulo contarão com o dispositivo para carregamento rápido dos veículos BMW i. Até o final do ano, outras seis lojas da rede rece-

berão o dispositivo, incluindo em Brasília e no Rio de Janeiro.

“Com a parceria, proprietários dos modelos BMW i3 e BMW i8, além de outros veículos elétricos compatíveis com o dispositivo, poderão ir até as lojas Pão de Açúcar contempladas e utilizar o BMW i Wallbox gratuitamente”, diz o Pão de Açúcar em comunicado.

Tempo de abastecimento

Como exemplo, explica a supermercadista, são necessárias três horas para uma carga completa do BMW i3, o que permite uma autonomia de até 160 quilômetros ou de 300 quilômetros. “Por meio desta parceria com o Pão de Açúcar, o Grupo BMW proporciona faci-

lidade para os nossos exigentes clientes da BMW i, que contarão com mais pontos estratégicos para carregar seus carros durante os percursos urbanos”, explica o diretor de vendas da BMW no Brasil, Martin Frisches em comunicado.

De acordo com o executivo, a implementação dos wallboxes (painéis responsáveis pelo abastecimento) já começou nas unidades Jardim Paulista (Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3.126, Jardim Paulista), Ibirapuera (Av. Ibirapuera, 1.770), Real Parque (Av. Magalhães de Castro, 6.118) e Alphaville (Alameda Madeira, 152). Em princípio, todas as lojas ficam no Estado de São Paulo. “Por meio desta iniciativa, o Pão de Açúcar reforça a plataforma sustentável, incentivando os clientes a adoção de um hábito mais responsável com o uso de carros menos poluentes”, finalizava a nota da varejista.

Ville du Vin aposta no comércio virtual para atuar em todo País

VAREJO

Da Redação
São Paulo
redacao@dci.com.br

● A popularização do consumo de vinho no Brasil, que tem elevado o consumo em cerca de dois dígitos ao ano, fez a loja de vinhos Ville du Vin investir em seu próprio e-commerce.

A estratégia da empresa é ganhar novos mercados a partir da operação virtual que, em pouco tempo, pode responder por 30% do faturamento. “As vendas através da internet crescem a passos largos. Não podíamos deixar de oferecer este conveniente ca-

nal aos nossos clientes”, explica o sócio-diretor geral do Grupo, Sidnei Brandão.

Segundo ele, o plano da rede é fechar 2016 com 1.300 rótulos comercializados pelas lojas físicas e operação on-line.

De acordo com Brandão, o objetivo de investir em um e-commerce é levar os produtos e condições de preço para todas as regiões do Brasil, já que aceitação da marca com o cliente físico é grande. “Acreditamos que o consumo de vinhos é crescente e os atuais consumidores não vão trocar esta bebida por outra.”

Além do e-commerce, a empresa, originária de Alphaville (SP), abriu ano passado uma loja no Itaim, em São Paulo.

Emenda Constitucional nº 87, que divide o ICMS entre o estado origem e destino, deverá elevar o frete de empresas que recebem na entrega, além de segurar volume de contratos do e-commerce

Mudança em tributação pode reduzir negócio de transportadoras de carga

LOGÍSTICA

Vivian Ito e Paula Cristina
São Paulo
vivianit@dci.com.br

● A lei que altera a forma de pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), que vai impactar o comércio eletrônico, deve respingar nas transportadoras de carga fracionada, sobretudo pequenas e autônomas. Para quem recebe o frete no destino o problema será ainda maior.

De acordo com o assessor da presidência do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de São Paulo e Região (Setcesp), Aduato Bentivegna Filho, a nova Emenda Constitucional nº 87 (em vigor desde 1º de janeiro que prevê a divisão de ICMS entre estado de origem e de destino) pode ter impacto direto nas transportadoras que recebem o pagamento do frete no destino. "Além do diferencial de alíquota sobre o produto também existe sobre o transporte", explicou.

Segundo ele, quando o frete é pago pelo consumidor final não contribuinte [pessoa física, ONGs e bancos, por exemplo] no fim do trajeto a diferença de alíquotas entre estados deve ser paga. Esses casos representam entre 15% e 20% do total de empresas que atendem o e-commerce. "É a minoria, mas vão ter aumento de custo".

Bentivegna acredita que, para conseguir lidar com a situação, as transportadoras vão repassar o custo ao consumidor. "Mas neste cenário econômico isso não é sim-



Com queda no e-commerce, transportadores autônomos devem buscar outros segmentos para crescer



Volume de carga deve sofrer com inibição do comércio eletrônico

pactam no fluxo de transporte, armazenagem e distribuição. Uma operação só se torna viável se a capacidade mínima é atingida", diz o diretor executivo do Grupo Farrapos, Ismael Zorzi. Para ele, existe uma previsão de queda de faturamento no setor e esta mudança pode pressionar mais este mercado. "A queda na receita, mais as divergências fiscais vão levar a economia a um apagão".

Micro e pequenas

Para o diretor de cabotagem da TGA, Álvaro Fagundes, as mudanças serão mais sentidas por transportadoras do segmento de pequeno porte. "As maiores geralmente atuam com grandes redes que irão se adaptar mais facilmente", diz.

Já as pequenas, segundo ele, podem ter mais dificuldades pelo volume menor de carga e pelo perfil de cliente que geralmente tem pequeno porte.

O professor do núcleo de logística e competitividade da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Francisco Coutrim Fernando, explica que o e-commerce tem ajudado desde 2008 o desempenho das pequenas empresas de carga fracionada, uma vez que perderam espaço par as grandes operadoras logísticas.

O especialista aponta que a mudança da cobrança é algo saudável. "No entanto, acredito que a forma como está sendo conduzido esse processo vai acabar prejudicando as pequenas e médias empresas". Para ele, a forma mais eficaz de mudar essa cobrança é priorizando o diálogo. "Dando isenção de alguns outros impostos e incentivando a abertura de CNPJ em outras regiões."

plés. Elas deverão chegar em um acordo com o cliente".

Ele ainda explica que as barreiras fiscais – que podem reter a mercadoria – também serão agravadas. "Aumentou a responsabilidade das transportadoras que deverão ver se a empresa pagou as alíquotas nas novas regras", ressalta.

Mercado

O impacto da mudança da tributação também deve respingar no setor como um todo. Em um cenário em que a intenção de consumo caiu, a burocratização de vendas em outros estados pode reduzir atuação do e-commerce e, conseqüentemente, diminuir o volume de carga para as transportadoras. "Com certeza, a volumetria e o consumo im-

Atividade imobiliária caiu 13,2% em 2015

CONSTRUÇÃO

Da Redação e Agências
São Paulo
redacao@dci.com.br

● O índice de atividade da construção imobiliária (IACI) encerrou 2015 com retração de 13,2%, após ter registrado quedas de 8,7% e 5,2% em 2014 e 2013, respectivamente.

Os dados fazem parte do Monitor da Construção Civil (MCI), elaborado em parceria entre a Tendências e a Criactive. O Iaci mede a área em construção (em fase de fundação, estrutura ou acabamento) de obras imobiliárias residenciais, comerciais, de turismo e outros, com abrangência nacional.

Entre os tipos de obra, o Iaci residencial registrou queda de 12,4% em 2015. A atividade no segmento comercial teve retração ainda mais inten-

sa, no patamar de 18,6%. "Considerando que o arrefecimento das obras residenciais remonta ao início de 2013, o indicador já acumula três anos consecutivos de quedas, enquanto as obras comerciais registram dois anos seguidos de queda", disse o MCI, em relatório. O Iaci turismo, que apresentou enfraquecimento apenas nos meses mais recentes, encerrou o ano com retração menor, de 1,2%.

Por região

A retração do Iaci em 2015 foi mais intensa no Norte, com baixa de 38,5%, onde o índice já acumula quatro anos seguidos de queda. A Região Centro-Oeste também encerrou o ano com retração do Iaci acima da média registrada no Brasil, de -28,4%. As regiões Nordeste, Sudeste e Sul apresentaram quedas de, respectivamente, 12,9%, 10,4% e 8,6%. Na composição do índice, os

PONTO A PONTO

- 1. Queda.** Apesar de evidente no ano passado, retração da construção vem desde 2013.
- 2. Futuro.** Indicador sinaliza que mercado será ruim para as construtoras este ano.
- 3. Pior resultado.** Por região do País, o Norte teve o pior desempenho, com queda de 38,5% na atividade.

indicadores de fundação (IACI-F) e estrutura mostraram alta na margem, enquanto o da fase de acabamento caiu na mesma base de comparação.

Apesar do crescimento na margem do Iaci-F, o nível do indicador encerrou 2015 com forte queda de -26,6%.

Adicionalmente, relatava o balanço, o índice de lançamentos (Iaci-L) registrou alta de 4,9% na margem, em outubro, após apresentar fortes quedas nos últimos meses, acumulando retração de 38,3% em 12 meses.

Cenário em 2016

Diante do cenário de crise de confiança e piora nos mercados de trabalho e crédito, a forte retração registrada dos lançamentos em todo Brasil, considerando a média 12 meses até outubro de 2015, impõe uma perspectiva pessimista para a atividade da construção imobiliária em 2016 e nos anos seguintes disse o MCI.

A dinâmica de todos esses indicadores, explica as consultorias em relatório, associada à conjuntura bastante desfavorável, tende a limitar a atividade da construção imobiliária em todas as suas fases nos próximos anos, disse.

Após sair da Totvs, Kebe vai para IBM

TECNOLOGIA

● O ex-diretor-presidente da Totvs, Rodrigo Kede, assumiu ontem a presidência da IBM para a América Latina. A Totvs havia anunciado a renúncia de Kede ao cargo semana passada, por motivos de saúde.

A companhia vinha conduzindo processo de transição para que o executivo sucedesse Laércio Cosentino como presidente executivo.

Na IBM, Kede passará a ocupar o cargo de José Décurnex. A Totvs disse manter a posição sobre a renúncia estar ligada à saúde do executivo. "Rodrigo estará completamente focado em liderar oportunidades de negócio com sucesso, conversando com clientes e apoiando nossos funcionários em toda região", disse a IBM. /Agências